



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 192/XII/ 3.ª SL

Aos 02 dias do mês de abril de 2014, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Economia e Obras Públicas, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação da ata n.º 191/XII, relativa à reunião de 26 de março de 2014

2. Apreciação e votação do requerimento do PS para audição da Comissão de Acompanhamento de Privatização da ANA.

3. Apreciação e votação do requerimento do PCP para Audição da ANACOM sobre a cobrança indevida e ilegal da Taxa Municipal de Direitos de Passagem por empresas de telecomunicações na fatura mensal aos consumidores.

4. Apreciação e votação do parecer na generalidade sobre o Projeto de Lei n.º 514/XII/3.ª (BE) – Estabelece que a taxa municipal de direitos de passagem passa a ser paga diretamente pelas operadoras de comunicações eletrónicas e prevê sanções para o incumprimento (nona alteração à Lei das Comunicações Eletrónicas, Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro)

Relator: Deputado Carlos São Martinho (PSD)

5. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 953/XII/3ª (PCP) – "Recomenda ao Governo a concretização de medidas para o sector do aluguer de equipamentos industriais."

6. Outros assuntos.

10:45

Audição conjunta das seguintes entidades, sobre o Comércio Internacional, na sequência dos requerimentos do PCP e do PS:

- CIP - Confederação Industrial Portuguesa
- CCP - Confederação do Comércio e Serviços de Portugal



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 192/XII/ 3.ª SL

---

#### **1. Apreciação e votação da ata n.º 191/XII, relativa à reunião de 26 de março de 2014**

Submetida a votação, foi a ata n.º 191/XII/3.ª, relativa à reunião de 26 de março de 2014, aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

#### **2. Apreciação e votação do requerimento do PS para audição da Comissão de Acompanhamento de Privatização da ANA.**

O Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS) apresentou o requerimento em causa, tendo lembrado que o assunto já tinha sido debatido na Comissão e tinham sido feitas audições sobre a privatização da ANA e a reprivatização da TAP, mas na altura o PSD tinha argumentado que o momento de se voltar a avaliar o que tinha ou não corrido bem neste processo de privatização da ANA seria quando o relatório da Comissão de Acompanhamento fosse tornado público. Como entretanto esse relatório foi conhecido e tinha, do ponto de vista do PS, alguns elogios ao processo de privatização mas também alguns pontos preocupantes, nomeadamente o facto de a Comissão de Acompanhamento ter sido nomeada tardiamente, de identificar alguns aspetos de desregulação económica e de levantar algumas questões em torno do futuro do aeroporto de Lisboa, o PS entende útil ouvir agora esta Comissão de Acompanhamento.

Usaram da palavra os Senhores Deputados Luís Leite Ramos (PSD), para afirmar que compreendia a preocupação do PS com este processo de privatização da ANA, mas, no entender do PSD, este processo já estava esclarecido, tendo sido escrutinado pelo Tribunal de Contas e pela Comissão Europeia, pelo que não via necessidade de ouvir a Comissão de Acompanhamento, no entanto, se o PS entendesse que esta audição era prioritária, tinha instrumentos regimentais para a realizar; Hélder Amaral (CDS-PP), para reiterar que não era a primeira vez que este processo era discutido aprofundadamente e que não sentia que houvesse necessidade de o aprofundar mais, a não ser que o PS soubesse algo que os restantes grupos parlamentares não



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 192/XII/ 3.ª SL

soubessem, e, sendo esse o caso, poderia partilhar essa informação com a Comissão; Mariana Mortágua (BE), para concordar com a audição da Comissão de Acompanhamento e, perante a nova vaga de privatizações e concessões de transportes públicos que se avizinhava, até para evitar erros do passado, considerava útil realizar a audição proposta; e Bruno Dias (PCP), para afirmar a sua perplexidade com a posição da maioria em silenciar a apreciação que a Comissão podia e devia fazer deste processo, para lembrar que em dezembro de 2012 a Comissão de Acompanhamento dizia que nada tinha a dizer porque não tinha ainda a documentação sobre o processo e agora, que havia o relatório, era impedida de o apresentar, e para concordar com o requerimento, pois a audição ajudaria ao esclarecimento deste assunto, sendo estranho que a Comissão se demitisse do papel de fiscalização que tem.

Finalmente, tornou a intervir o Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS), para reiterar que o pretexto sempre dado pelo PSD e pelo CDS-PP era que quando houvesse relatório da Comissão de Acompanhamento seria a altura para a ouvir e, agora que havia relatório, já não valia a pena fazer a audição. Lamentou a posição da maioria, mas, afirmou, naturalmente o PS tinha outros mecanismos regimentais para voltar ao assunto.

Submetido à votação, foi o requerimento rejeitado, com votos contra do PSD e do CDS-PP e votos a favor do PS, do PCP e do BE.

#### **3. Apreciação e votação do requerimento do PCP para Audição da ANACOM sobre a cobrança indevida e ilegal da Taxa Municipal de Direitos de Passagem por empresas de telecomunicações na fatura mensal aos consumidores.**

O Senhor Deputado Bruno Dias apresentou o requerimento em causa, afirmou que o seu partido considera que a lei que está em vigor sobre esta matéria era injusta, necessitando de alteração, e que havia indícios de situações irregulares no terreno, com municípios de decidiam não aplicar a taxa municipal de direitos de passagem (TMDP) aos seus munícipes, mas as operadoras cobravam-na na sua fatura, não a



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 192/XII/ 3.ª SL

entregando à câmara municipal, pelo que se levantava a questão de saber em quantos municípios esta situação se poderia verificar. Concluiu reiterando a importância desta audição para se esclarecer esta situação.

Intervieram, a este propósito, os Senhores Deputados Nuno Matias (PSD), para considerar o requerimento pertinente face ao conjunto de informações que veio a público e era importante saber qual a situação que se verificava no terreno, pelo que o seu grupo parlamentar votaria a favor da audição; Hélder Amaral (CDS-PP), para subscrever as palavras do proponente do requerimento; Mariana Mortágua (BE), para concordar com a audição e informar que o seu grupo parlamentar tinha dirigido uma pergunta a todos os municípios do país para saber qual a situação que se verificava com a TMDP, tendo recebido informação de situações em que as empresas cobravam a taxa aos munícipes e não a entregavam às câmaras municipais; e Rui Paulo Figueiredo (PS), para acompanhar o requerimento, considerar que esta era uma matéria que deveria ser aprofundada, tendo até em atenção dos projetos de lei que se iriam discutir nessa tarde na sessão plenária.

Submetido à votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

**4. Apreciação e votação do parecer na generalidade sobre o Projeto de Lei n.º 514/XII/3.ª (BE) – Estabelece que a taxa municipal de direitos de passagem passa a ser paga diretamente pelas operadoras de comunicações eletrónicas e prevê sanções para o incumprimento (nona alteração à Lei das Comunicações Eletrónicas, Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro)**

**Relator: Deputado Carlos São Martinho (PSD)**

O Senhor Deputado Carlos São Martinho (PSD) apresentou o parecer sobre a iniciativa legislativa em epígrafe.



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 192/XII/ 3.ª SL

Usou da palavra a Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE), para cumprimentar o relator e considerar urgente e necessário um melhor mecanismo para resolver este problema da cobrança da taxa municipal de direitos de passagem.

Submetidas a votação, foram as partes I e III do parecer aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

#### **5. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 953/XII/3ª (PCP) – "Recomenda ao Governo a concretização de medidas para o sector do aluguer de equipamentos industriais"**

O Senhor Deputado Luís Leite Ramos (PSD) solicitou o adiamento deste ponto da ordem do dia para a reunião seguinte, tendo afirmado que o seu grupo parlamentar tinha feito perguntas ao Governo sobre esta matéria e aguardava resposta.

Interveio o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP), que referiu que o pedido de adiamento era regimental, mas lembrou que as perguntas em causa tinham já mais de três meses e, apesar de esperar que houvesse esclarecimentos rapidamente, a Assembleia da República não poderia ficar à espera que o Governo respondesse.

Concluiu o Senhor Presidente, afirmando que a discussão deste Projeto de Resolução seria agendada para a reunião seguinte.

#### **6. Outros assuntos.**

Nada havendo a tratar neste ponto da ordem do dia, passou-se de imediato à audição da Confederação Industrial Portuguesa (CIP) e da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP), sobre o comércio internacional.

**10:45**

**Audição conjunta das seguintes entidades, sobre o Comércio Internacional, na sequência dos requerimentos do PCP e do PS:**

**- CIP - Confederação Industrial Portuguesa**



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 192/XII/ 3.ª SL

#### - CCP - Confederação do Comércio e Serviços de Portugal

Após dar as boas vindas ao Eng.º António Alfaiate e à Dr.ª Carla Sequeira, representantes da CIP, e ao Dr. Vêrter Gomes e à Dr.ª Ana Vieira, representantes da CCP, deu-lhes a palavra para uma intervenção inicial.

Em sede de intervenção inicial, usaram da palavra o Eng.º António Alfaiate, pela CIP, e o Dr. Vêrter Gomes, pela CCP, tendo a Dr.ª Ana Vieira complementado esta última intervenção.

Foram colocadas perguntas pelos Senhores Deputados Rui Paulo Figueiredo (PS), Gabriel Côrte-Real Goucha (PSD), Hélder Amaral (CDS-PP) e Mariana Mortágua (BE), tendo os representantes da CIP e da CCP respondido a final.

A [audição](#) foi objeto de gravação e pode ser consultada, bem como os documentos entregues durante a reunião, na página da Comissão na Internet.

A reunião foi encerrada às 12:20 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 03 de abril de 2014.

**O PRESIDENTE**

**(PEDRO PINTO)**



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 192/XII/ 3.ª SL

#### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adriano Rafael Moreira  
Bruno Dias  
Carina Oliveira  
Fernando Serrasqueiro  
Helder Amaral  
Hortense Martins  
João Paulo Viegas  
Luís Leite Ramos  
Luís Vales  
Mariana Mortágua  
Nuno Encarnação  
Nuno Filipe Matias  
Nuno Serra  
Odete Silva  
Paulo Ribeiro de Campos  
Pedro Pinto  
Rui Paulo Figueiredo  
Valter Ribeiro  
Carlos São Martinho  
Gabriel Côte-Real Goucha  
Luís Menezes

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ana Paula Vitorino  
Fernando Jesus

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Eduardo Teixeira  
Heloísa Apolónia  
Pedro Nuno Santos